

A Trajetória da Pesquisa na Implementação da Licenciatura em Educação do Campo em Jaguari

*La trayectoria de la investigación en la implantación de la Licenciatura en
Educación Rural en Jaguari*

Viviane Balbé Barcelos¹

Edson Romario Monteiro Paniagua²

Resumo

Este estudo analisa a implementação do curso de Licenciatura em Educação do Campo no Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari/RS, como parte de dissertação em Políticas Públicas (UNIPAMPA). Será realizado por meio de um relato de experiência, o objetivo é compreender como a política foi implementada, com foco na participação social, articulação institucional e valorização da educação do campo. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseou-se em análise documental, entrevistas semiestruturadas, reportagens locais e bibliografia especializada. Os resultados apontam que o curso promoveu inclusão educacional e inovação pedagógica por meio da Pedagogia da Alternância, mas enfrentou desafios como rotatividade docente, lacunas na formação específica e fragilidades de infraestrutura e diálogo social. Conclui-se que a experiência é referência para políticas de educação contextualizada, exigindo maior integração entre Estado, instituições e movimentos sociais para garantir sustentabilidade e efetividade.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Curso Superior; Implementação.

Resumen

Este estudio analiza la implementación de la Licenciatura en Educación Rural en el Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, Rio Grande do Sul, como parte de una disertación en Políticas Públicas (UNIPAMPA). Se llevará a cabo mediante un informe de experiencia, el objetivo es comprender cómo se implementó la política, con enfoque en la participación social, la coordinación institucional y la valorización de la educación rural. La investigación, que adoptó un enfoque cualitativo, se basó en análisis documental, entrevistas semiestructuradas, informes locales y bibliografía especializada. Los resultados indican que el curso promovió la inclusión educativa y la innovación pedagógica a través de la Pedagogía de la Alternancia, pero enfrentó desafíos como la rotación docente, brechas en la formación específica y debilidades en infraestructura y diálogo social. La conclusión es que la experiencia sirve como referencia para políticas educativas contextualizadas, que requieren una mayor integración entre el Estado, las instituciones y los movimientos sociales para garantizar la sostenibilidad y la eficacia.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Mestrado e Doutorado UNIPAMPA campus São Borja/RS. E-mail vivianebarcelos.aluno@unipampa.edu.br

² Doutor em História. Orientador. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Mestrado e Doutorado UNIPAMPA campus São Borja/RS. Email: edsonpaniagu@unipampa.edu.br

Palabras clave: Políticas Públicas; Educación Superior; Implementación.

1. Introdução

A criação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil está vinculada às políticas públicas voltadas à promoção da justiça social e à valorização das populações rurais. Como afirma Molina (2014), a Educação do Campo nasce das lutas sociais lideradas por movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que reivindicaram o direito a uma educação contextualizada e comprometida com as realidades do campo.

O marco legal dessa política foi estabelecido pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que instituiu as políticas públicas para a Educação do Campo e definiu diretrizes para a oferta educacional, incluindo a criação de cursos superiores voltados à formação de professores para essas comunidades.

Nesse cenário, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) Campus Jaguari tornou-se um exemplo da política pública de interiorização e inclusão educacional. A efetivação do curso pode ser compreendida sob duas perspectivas teóricas de formulação de políticas públicas. Pelo modelo top-down, observa-se a iniciativa estatal orientada por diretrizes do governo federal, especialmente pelo PRONACAMPO. Já o modelo bottom-up evidencia a contribuição da sociedade civil organizada na construção do projeto pedagógico e na legitimação da proposta junto às comunidades locais. Essa dimensão participativa, destacada por Arroyo (2012), demonstra o protagonismo dos sujeitos do campo na formulação de políticas educativas emancipadoras.

Dessa forma, a execução da Licenciatura em Educação do Campo no IFFar Campus Jaguari configura-se como uma política híbrida, que combina ação estatal e participação social, promovendo uma educação contextualizada, voltada ao desenvolvimento rural sustentável e à soberania dos povos do campo.

2. O caminho percorrido

A criação do curso esteve vinculada às políticas nacionais de formação docente e às ações do Ministério da Educação (MEC). A Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais, determinou a obrigatoriedade de ofertar, no mínimo, 20% das vagas em cursos de Licenciatura e Formação de Professores. Assim, a LEdoC do Campus Jaguari surgiu como o primeiro curso de licenciatura do IFFar, representando um projeto-piloto alinhado à missão institucional.

Foi elaborado em conformidade com o Edital de Chamada Pública nº 02 de 31 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), lançado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), que estimulava a criação de cursos voltados à Educação do Campo nas instituições federais, articulado ao PRONACAMPO.

A proposta respondeu a demandas concretas do Vale do Jaguari, região marcada pela presença de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária. A região reunia um número expressivo de assentamentos do Incra, distribuídos por municípios como São Gabriel, Santana do Livramento, Alegrete, São Borja e Júlio de Castilhos, o que reforçava a necessidade de formação docente e de lideranças comunitárias capazes de atuar criticamente nos contextos rurais.

O Campus Jaguari foi concebido como Centro de Referência em Educação do Campo no âmbito do IFFar, reafirmando sua vocação para a formação de educadores comprometidos com o desenvolvimento endógeno e sustentável das comunidades locais.

Outro elemento central foi a demanda por formação superior nas áreas de Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, ênfases definidas pelo curso. Além de qualificar docentes, a LEdoC buscou fortalecer a escolarização de jovens e adultos vinculados a movimentos sociais e comunidades rurais, promovendo inclusão e afirmando a identidade camponesa.

O curso foi formalmente institucionalizado pela Resolução nº 48, de 27 de agosto de 2013 do Conselho Superior do IFFar. O primeiro processo seletivo ocorreu em 2013, e as aulas iniciaram em 2014, marcando o início de uma trajetória inovadora.

Um diferencial importante foi a adoção da Pedagogia da Alternância, metodologia que organiza o processo formativo em dois tempos: o Tempo-Escola, dedicado aos estudos teóricos, e o Tempo-Comunidade, voltado à prática e à aplicação dos conhecimentos no contexto de vida dos estudantes. Essa abordagem, conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo favorece a integração entre saber científico e saber popular, aproximando a formação acadêmica da realidade sociocultural e produtiva das comunidades.

2.1 Percurso investigativo

A investigação caracteriza-se como um relato de experiência que abrange o período de 2013 a 2017, correspondente à fase de concepção, implantação e consolidação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo no IFFar Campus Jaguari possui caráter exploratório, abordando um tema ainda pouco discutido na literatura: a implementação de políticas públicas de Educação do Campo, com foco na experiência do IFFar Campus Jaguari. O estudo de caso foi escolhido como delineamento metodológico por permitir uma análise profunda e contextualizada (GIL, 2007), contemplando as dimensões institucionais, sociais e políticas envolvidas.

A pesquisa é de natureza aplicada, pois busca compreender os desafios e potencialidades do processo de institucionalização da LEdoC, destacando a participação social e a governança colaborativa como eixos centrais. Quanto aos fins, é exploratória e descritiva: exploratória por aprofundar a compreensão teórica sobre a Educação do Campo e descritiva por mapear ações, atores e dinâmicas do processo de implementação.

A abordagem é qualitativa, pois entende que os fenômenos sociais devem ser compreendidos a partir dos significados e das experiências dos sujeitos envolvidos. Como afirma Minayo (2007, p. 21), a pesquisa qualitativa trabalha com “o universo dos significados, das motivações, das crenças, dos valores e das atitudes”, sendo essencial para captar as nuances das realidades locais.

Os procedimentos incluem pesquisa documental (análise de resoluções, atas, relatórios e projetos pedagógicos), revisão bibliográfica (políticas públicas, governança colaborativa, Educação do Campo) e entrevistas semiestruturadas com gestores, docentes, estudantes e lideranças comunitárias. Essa triangulação de fontes possibilitará compreender como se estruturaram os processos decisórios e participativos.

O estudo não busca apenas descrever uma trajetória institucional, mas compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos. As políticas públicas são construídas por meio de relações sociais, disputas e negociações. Assim, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento da Educação do Campo como política pública e como campo de conhecimento comprometido com a transformação social e a valorização dos territórios rurais.

2.2. Experiência prática

As entrevistas semiestruturadas foram elaboradas com base em um roteiro previamente definido em categorias teóricas, com o objetivo de apreender percepções acerca da criação do curso, dos desafios enfrentados e dos resultados alcançados. Realizado o contato com os possíveis participantes através de e-mail, telefone, Messenger e WhatsApp, de maneira a garantir ampla comunicação e viabilizar a participação.

Em relação aos procedimentos éticos, elaborou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a carta de apresentação organizada pelo orientador, os quais foram encaminhados a todos os convidados, garantindo transparência, autonomia e respeito à participação voluntária.

As entrevistas foram conduzidas individualmente, em formato presencial realizada, no IFFar Campus Jaguari e de forma virtual, via Google Meet. Em todas as ocasiões, solicitou-se autorização para gravação, o que possibilitou a transcrição integral do conteúdo para posterior análise.

O processo de campo não se desenvolveu de maneira linear, exigindo readequações no cronograma previamente estabelecido. Além disso, o roteiro de entrevistas foi revisto ao longo da pesquisa, a fim de aprofundar questões emergentes, especialmente aquelas relacionadas ao papel da participação comunitária e às dificuldades estruturais identificadas.

2.3. Os atores sociais e institucionais na implementação do curso superior

Em termos metodológicos, observa-se que a diversidade de funções: docente, coordenador, legislativo, sindical e discente garante uma representatividade significativa do processo de implementação e desenvolvimento da Educação do Campo no município. A pesquisa conseguiu reunir informações de atores-chave, conectando perspectivas do nível federal e municipal, bem como visões institucionais e comunitárias.

O quadro nos diz de uma abordagem multissetorial e dialógica, capaz de apreender tanto a dimensão institucional da política pública quanto seus efeitos no território e na vida dos sujeitos envolvidos.

Quadro 1 – Resumo entrevistas realizadas com os distintos atores

Grupo	Entrevistado	Ente	Função	Data	Duração	Linhas transcritas
Governamental	E1	Federal	Docente/ Coordenador Curso	31/07	46min 09 s	17 páginas
	E2	Federal	Docente/ Coordenador Curso	15/08	40 min 40 s	10 páginas
	E3	Municipal	Legislativo	07/08	27min 28 s	6 páginas
Não Governamental.	E4	Municipal	Sindicato	13/08	24 min 22 s	3 páginas
	E5	Municipal	Discente	18/08	30 min 59 s	4 páginas

Fonte: elaborada pela autora, 2025

Assim, a experiência da LEdoC em Jaguari reafirma que políticas públicas educacionais, quando efetivadas com participação social e compromisso institucional, superam o caráter normativo do Estado e se configuram como construção coletiva. O diálogo entre Estado e sociedade civil é o que transforma a escola do campo em um espaço de emancipação, conhecimento e fortalecimento da identidade camponesa.

3. Conclusão

O relato de experiência evidencia que a implementação da Licenciatura em Educação do Campo no IFFar Campus Jaguari foi pioneira, revelando avanços na inclusão educacional, mas também fragilidades na articulação com a realidade dos sujeitos do campo. A Pedagogia da Alternância mostrou eficácia quando adaptada às condições dos estudantes e sustentada por infraestrutura adequada. Por outro lado, a falta de concursos específicos, a baixa participação dos movimentos sociais, a evasão e a inserção precária dos egressos no mercado de trabalho evidenciam limites da política. A experiência aponta para a necessidade de maior integração entre Estado, instituições e sociedade civil, para consolidar uma Educação do Campo dialógica, interdisciplinar e sustentável.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 743-766, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

BRASIL. Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 fev. 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFAR). Atas do Colegiado e Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Campus Jaguari (2013–2017). Jaguari: Arquivo institucional, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA: uma política pública em construção*. Brasília: MDA, 2014.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.